

NACIONAL

CONTAS PÚBLICAS

Dívida Pública

Superávit primário chega a 4,3% do PIB

*Relação dívida/PIB
caiu para 49,5%,
menor nível
registrado desde
fevereiro de 2001*

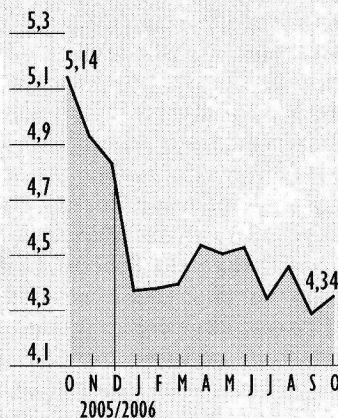
FERNANDO NAKAGAWA
BRASILIA

O esforço fiscal do governo para o pagamento de juros voltou a aparecer nas contas públicas. Em outubro, o superávit primário cresceu na comparação com setembro, mês que teve resultado afetado negativamente pela antecipação do 13º salário dos aposentados. Em 12 meses, o resultado ficou em 4,34% do Produto Interno Bruto (PIB), contra 4,28% em setembro. Com a melhora dos números e ajuste da projeção de inflação, a relação entre a dívida e o PIB caiu para 49,5%, o menor nível desde fevereiro de 2001.

Outubro terminou com superávit do setor público consolidado (governo central, Estados, municípios e estatais) de R\$ 10,466 bilhões, com elevação de 128,76% na comparação com setembro e alta de 22,36% ante outubro de 2005. Foi o melhor resultado para outubro desde o início da série histórica, em 1991. A reação era esperada porque o efeito do 13º salário se concentrou em setembro. O resultado foi gerado pela contribuição de R\$ 7,767

SUPERÁVIT

Conceito primário
(em % do PIB)*



Fontes: BC e Centro de Informações da Gazeta Mercantil *Em 12 meses

bilhões do governo central e R\$ 3,101 bilhões dos governos regionais. Em sentido contrário, as estatais tiveram déficit de R\$ 401 milhões.

O chefe do departamento econômico do Banco Central, Altamir Lopes, destacou que os governos estaduais ajudaram a reforçar o caixa. No mês, o superávit dos estados cresceu 46,87% ante o mês anterior, para R\$ 2,535 bilhões, o melhor resultado desde o início da série em 1991. Na comparação do outubro de 2005, o resultado saltou 78,89%. Lopes explica a alta pela crescente arrecadação do ICMS. O item serve como parâmetro para medir o consumo.

No mês, o setor público pagou, ainda, R\$ 13,258 bilhões

em juros nominais. O gasto é 20,64% maior que o observado em setembro e com ligeira alta de 0,63% ante outubro de 2005. Lopes explicou que esse gasto não cai porque a dívida continua tendo seu perfil alterado, com participação crescente de papéis prefixados e atrelados a índice de preço e, em trajetória contrária, menor presença de títulos pós-fixados. Feito o pagamento de juros, a conta teve resultado negativo de R\$ 2,792 bilhões, o chamado déficit nominal.

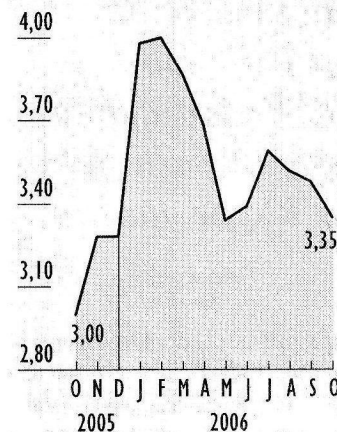
Nos dez primeiros meses de 2006, o superávit primário acumula R\$ 90,992 bilhões ou 5,32% do PIB. Nominalmente, a cifra já é maior que a meta para o ano, de R\$ 88,7 bilhões. A cifra, no entanto, vai ser ajustada até o final do ano. Em 12 meses, no entanto, o esforço é menor, de R\$ 89,442 bilhões, o correspondente a 4,34%. O número é 0,09 ponto percentual superior à meta para o ano, de 4,25% do PIB.

Inflação ajuda dívida

O indicador que mede a relação entre a dívida líquida do setor público e o PIB caiu expressivamente. Em outubro, a proporção marcou 49,5%, patamar 0,50 ponto inferior a setembro. O valor equivale a R\$ 1,042 trilhão e representa queda de dois pontos ante dezembro do ano passado. De acordo com o relatório do BC, a redução foi determinada pela elevação do IGP-DI, indicador usado na atualização do valor nominal do

DÉFICIT*

Conceito nominal
(em % do PIB)



Fontes: Banco Central e Centro de Informações da Gazeta Mercantil * Em 12 meses

PIB. Com o aumento da inflação, o valor projetado do PIB cresce e sua proporção com a dívida, diminui. Isso não sinaliza queda nominal da dívida.

A analista da agência de classificação de risco da Standard & Poor's Lisa Schineller, que foi recebida ontem pelo ministro da Fazenda, Guido Mantega, destacou positivamente a mudança do perfil da dívida pública. Porém, criticou o efeito do crescimento dos gastos públicos. Para que o Brasil consiga "grau de investimento", disse, é preciso: reduzir a relação dívida/PIB – nos países investment grade é de cerca de 30% – diminuir o pagamento de juros e acelerar o crescimento econômico.